



**O POVO
ACIMA DO
LUCRO**

**PROGRAMA DE
AÇÃO REGIONAL**

Versão final

MARÇO 2019



**Conferência Regional Interaméricas
24-28 de junho de 2019
Buenos Aires, Argentina**

APRESENTAÇÃO

Esta é a versão final do Programa de Ação Regional que deve nos guiar nos próximos cinco anos. As alterações em relação às primeira e segunda versões, divulgadas respectivamente no final de outubro de 2018 e no início de fevereiro de 2019, se devem às incorporações das propostas de emendas que foram enviadas à Secretaria Regional da ISP Interaméricas.

As propostas de emendas que foram incorporadas neste documento vieram no sentido de aperfeiçoar alguma ideia ou complementar alguma proposta. Não há nenhuma alteração de conteúdo que seja substancial, e, portanto, nenhuma se opõe a qualquer ideia presente neste programa.

Evitamos detalhar propostas concretas sobre o que fazer nestes próximos cinco anos. Considerando a conjuntura volátil que vivemos na região – por exemplo, teria sido muito difícil prever, no último IAMRECON, o que está acontecendo hoje nos diversos países –, preferimos estabelecer diretrizes que permitirão que o IAMREC e os SUBRACs de cada ano concretizem as propostas para um período mais imediato.

Certamente, as instâncias da ISP, como CNCs, SUBRACs e IAMREC aprovarão periodicamente as ideias concretas derivadas deste Programa de Ação. Como foi dito, esta é somente uma proposta inicial que seguramente será melhorada com todas as contribuições. A construção coletiva nos garantirá mais acertos e compromisso para a execução do Programa.

1. Da América que vivemos para a América que queremos

(1.1.1 do PdA) Nossos objetivos para os próximos cinco anos será defender um Estado democrático forte e uma sociedade integradora que se comprometa a garantir a igualdade de gênero, o respeito e a dignidade para todos/as, o desenvolvimento econômico para todos/as, a redistribuição da riqueza e o fortalecimento do poder dos/das trabalhadores/as.

- 1.1 Assim começa nosso Programa de Ação mundial.
- 1.2 Nas Américas, estamos infelizmente no caminho inverso do que seria o necessário para alcançar esses objetivos. A pobreza cresceu consideravelmente e afeta milhões de pessoas que a haviam superado em países do Caribe e das Américas do Norte, Central e do Sul.
- 1.3 A privatização segue como norma em muitos países da região, apesar da falência dessa política pelo mundo afora, como a ISP bem demonstra no estudo sobre remunicipalização/reestatização publicado recentemente.
- 1.4 Tratados de livre comércio e acordos de investimentos avançam na região. Todos os acordos novos – ou revistos – em negociação mostram-se favoráveis às empresas em detrimento dos povos.

- 1.5 A evasão fiscal segue impune, apesar da vinda à tona de tantos escândalos que, como o Panama Papers, demonstram como milionários e empresas transnacionais transferem fortunas para refúgios fiscais, evitando assim o pagamento de impostos tão necessários aos países onde vivem ou estão baseadas. É a usurpação do lucro gerado por nosso trabalho remunerado e não remunerado, dificultando que o Estado adote políticas públicas adequadas e necessárias.
- 1.6 Por nos opormos a essa situação, os ataques contra o movimento sindical na região continuam. As restrições à liberdade sindical e à possibilidade de os trabalhadores e as trabalhadoras se organizarem estão cada vez mais fortes. Obstáculos ao registro sindical, demoras, indeferimentos, proibições têm se generalizado, e agora se somam a isso as iniciativas tomadas com o objetivo de drenar as fontes de recursos das organizações sindicais, impedindo ou dificultando o recebimento de contribuições sindicais.
- 1.7 O ataque sistemático ao direito de greve tem crescido em todos os países, reproduzindo o que vem acontecendo no próprio seio da OIT. O poder corporativo pretende tirar de nós nossa principal ferramenta de defesa e luta. Como ISP, expressamos nossa convicção sobre a inclusão do direito de greve na Convenção 87 da OIT, e, portanto, sobre a afirmação de seu caráter de “direito fundamental do trabalho”, que se estende como “direito humano universal” por sua inclusão nos principais tratados de direitos humanos a nível mundial e regional.
- 1.8 A criminalização e judicialização dos protestos crescem nas Américas, e a tendência é muito preocupante. Dirigentes sindicais são ameaçados e assassinados, não somente nos países que historicamente sofriam com esse flagelo. A impunidade judicial e a falta de proteção e/ou cumplicidade dos governos fizeram a prática da violência antissindical se espalhar por quase toda a região.
- 1.9 Sofremos um claro retrocesso em matéria de negociação coletiva, e há um freio especialmente à negociação coletiva no setor público. Depois de anos de progresso conquistado com a campanha da ISP e da CSA de ratificação das Convenções 151 e 154 da OIT, o trabalho bipartite do ACTRAV e da ISP, e o esforço militante permanente de nossas filiadas em favor do diálogo social, hoje nos encontramos com uma maioria de governos hostis que pretendem retroceder às práticas unilaterais, e, em alguns casos, propõem a eliminação da negociação coletiva no setor público. Como ISP levantamos a bandeira do diálogo social, da concertação social das relações trabalhistas, e do respeito absoluto a nosso direito de negociar pactos coletivos.
- 1.10 Todo o anterior ocorre sob uma cobertura midiática monopolizada, nas mãos de grandes empresas que apresentam uma versão parcial e tendenciosa dessa realidade para a maioria da população do continente.
- 1.11 É hora de dizer basta! Milhões já se levantam em lutas históricas contra essa situação. Entre outros, o movimento feminista tem dado um excelente exemplo de luta e capacidade de mobilização. Os sindicatos em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras também têm dado bons exemplos do que é possível ser feito.
- 1.12 Hoje, mais do que nunca precisamos ter uma visão clara sobre como fortalecer a democracia e os direitos humanos e garantir a redistribuição da riqueza, o trabalho decente, a dignidade e a igualdade. E sabemos o papel específico que como sindicatos do setor público devemos ocupar nesta luta.

- 1.13** Dentro do conjunto das e dos trabalhadores, somos nós os responsáveis pelos serviços mais necessários à dignidade humana. Estamos na linha de frente no atendimento à saúde, nos serviços de cuidados a crianças e adultos, no provimento de água e energia, no apoio à educação, na promoção de serviços sociais, na arrecadação de impostos, no controle dos gastos públicos, nos primeiros-socorros em caso de desastres naturais e tantas outras essencialidades. Por isso, temos uma visão clara da real importância de serviços públicos de qualidade e devemos ser audazes na sua defesa.
- 1.14** Defendemos a democracia como um bem absoluto, repudiamos golpes contra governos eleitos democraticamente e sem o uso de artifícios eleitorais, tristes fatos como vimos em nossa região historicamente e recentemente. Rechaçamos qualquer ameaça de intervenções militares em qualquer país das Américas e do mundo. Queremos um mundo multipolar, com autodeterminação dos povos, com instituições multilaterais fortes e democráticas, que defendam acordos internacionais equilibrados e adequados ao desenvolvimento para todos e todas e promovam distribuição justa das riquezas, com serviços públicos de qualidade que respondam à igualdade de gênero e à justiça social.
- 1.15** Sabemos que nossa capacidade de luta depende do tamanho, da força e da unidade das nossas organizações. Sabemos da importância do estabelecimento de alianças com a sociedade civil e suas organizações, com os usuários de serviços públicos e com as forças progressistas em geral. Somente assim potencializaremos nossas ações.
- 1.16** Como sindicato global, a ISP entende a importância de identificar e conectar as lutas nacionais com as questões globais e, ao mesmo tempo, pensar globalmente e atuar local e nacionalmente. Temos claro que nada que acontece em nossos países e que interessa às e aos trabalhadores está desvinculado das questões mundiais. Esse é o papel da ISP, apoiar as lutas nacionais e locais, promover ações fortes de solidariedade, utilizar a força dos nossos próprios meios de comunicação, mas sempre mostrando que o que acontece com um na verdade acontece com todos, faz parte de uma política global de ataque aos nossos direitos. E que a vitória de um será também a vitória de todos.
- 1.17** Identificamos claramente as grandes corporações internacionais e seus governos aliados, infelizmente com uma forte presença em nossa região, como os principais responsáveis pela má situação que vivemos na região.
- 1.18** Sabemos que o continente americano e o Caribe produzem e possuem suficiente riqueza para garantir que todas e todos tenham uma vida digna, com suas necessidades básicas atendidas. Basta desconcentrar as riquezas produzidas pelo nosso trabalho e assegurar processos realmente democráticos e não manipulados de respeito às decisões de maioria, e não de mais enriquecimento de uma parcela ínfima da população.
- 1.19** E o que propomos para avançar?

2. Combatendo o poder corporativo: por uma economia justa

2.1 Introdução

(4.1.5 do PdA) Uma política alternativa exige um sistema econômico em benefício das pessoas, não em detrimento delas, que leve em consideração suas consequências ambientais e sociais. Uma economia gerida democraticamente que beneficie todos/as exige um setor público forte para corrigir as deficiências do mercado, limitar os excessos de poder, regular o funcionamento eficaz dos mercados e supervisionar a redistribuição para garantir a eficácia e a justiça. As escolhas e decisões políticas em todos os níveis devem obedecer aos imperativos sociais e ambientais nos esforços por melhorar as condições de vida dos/das trabalhadores/as e da população em geral.

- 2.1.1 Acreditamos que a América e o Caribe possuem riqueza suficiente para garantir uma vida digna e justa para todos e todas. O principal obstáculo para que isso se concretize é a grande concentração de riqueza nas mãos de uma ínfima parcela da população do continente – o mencionado 1%.
- 2.1.2 Identificamos claramente que essa concentração se dá em função da lógica da globalização neoliberal, que permitiu que as empresas transnacionais, ao se tornarem mais ricas e poderosas que muitos estados nacionais, governem as nações do mundo e, conseqüentemente, também nossa região.
- 2.1.3 Por conta do mecanismo viciado de financiamento de campanhas eleitorais, através do qual as corporações realizam vultosas doações aos candidatos, os governos eleitos com esse apoio financeiro tornam-se ardorosos defensores dessas empresas, acabando por promover políticas que atendam seus interesses em detrimento do bem comum. Tal mecanismo é reforçado por esquemas de propina e de corrupção direta, por meio da qual as corporações corrompem representantes do Estado. Isso é o que chamamos de captura da democracia pelo poder corporativo. Queremos mudar essa realidade.
- 2.1.4 Nossas prioridades nesse sentido serão:

2.2 Instituições financeiras internacionais e regionais

- 2.2.1 Queremos uma estrutura financeira mundial e regional que reflita a visão da ISP. Por exemplo, que inclua o respeito, por parte dos governos ou empresas tomadores de empréstimos, aos convênios fundamentais da OIT, e que não favoreça acordos vantajosos para os interesses comerciais globais. Exerceremos pressão para influir nessas políticas.
- 2.2.2 Recordamos ainda que várias das instituições regionais desenvolvem mecanismos de diálogo com o movimento sindical na Europa, África e Ásia. Nas Américas, entretanto, esse tipo de ferramenta não vem sendo aceita pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Devemos seguir exigindo do BID mais transparência e a participação de uma representação de trabalhadores em reuniões periódicas com a sua Diretoria Executiva e nas reuniões de consulta com os Grupos Consultivos da Sociedade Civil, para o devido monitoramento da instituição.

- 2.2.3 Da mesma maneira, combateremos os empréstimos dessas instituições financeiras regionais e internacionais – como o BID e o Banco Mundial – para empresas e governos que impulsionam a privatização de serviços públicos básicos e dos sistemas de pensão e de Previdência nas Américas. A partir da constatação de que muitas empresas tomadoras desses empréstimos não estejam respeitando as contrapartidas trabalhistas pré-estabelecidas, lutaremos para que sofram sanções.

2.3 Justiça fiscal

(4.3.1 do PdA) A ISP condena todas as formas de elisão e evasão fiscal empresarial, uma vez que constituem um roubo do dinheiro dos/das trabalhadores/as, que deveria financiar legitimamente os serviços públicos e o desenvolvimento econômico, aliviar a pobreza e permitir ao Estado cumprir suas obrigações em matéria de direitos humanos. Os impostos justos também permitem a redistribuição da riqueza e financiam uma infraestrutura econômica fundamental. Um sistema tributário justo, progressivo, neutro em relação ao gênero e transparente é o mecanismo mediante o qual a riqueza é utilizada para beneficiar a população.

- 2.3.1 Na região, apoiaremos todas as campanhas nacionais por uma reforma fiscal progressiva contribuindo com o fornecimento de subsídios para a discussão. Para fortalecer a luta e criar uma convergência de propostas entre nossas filiadas, vamos produzir um texto que contenha os eixos centrais para a aplicação de reformas tributárias progressivas que levem em conta os distintos contextos socioeconômicos nas Américas.
- 2.3.2 Queremos aprofundar o trabalho sobre isenções e subsídios fiscais que os governos oferecem às empresas transnacionais. Estudos a respeito demonstram a ausência de resultados positivos dessas políticas e a perda fiscal que representa para o orçamento nacional/local, com consequentes prejuízos aos contribuintes. Em suma, a guerra fiscal prejudica todos os países em desenvolvimento.
- 2.3.3 Para resolver questões de tributação a nível regional, é necessário investir em mais cooperação e menos competição. Nesse sentido, apoiamos a criação de um fórum tributário regional, com a participação de altas autoridades econômicas dos países das Américas, nos moldes do “African Tax Forum”. Os objetivos desse espaço seriam intercambiar informações e boas práticas e coordenar políticas regionais de tributação que contemplem, por exemplo, a questão das isenções fiscais.
- 2.3.4 Seguiremos denunciando sem descanso as práticas das empresas transnacionais de transferirem lucros para o exterior através do comércio entre suas subsidiárias e a utilização do subterfúgio do refúgio fiscal. Pressionaremos os governos a aderirem à proposta de uma reforma fiscal internacional, de acordo com as sugestões já desenvolvidas pela Comissão Independente pela Reforma da Taxação Corporativa Internacional (ICRICT, na sigla em inglês).

2.4 Dívida pública

(4.4.1 do PdA) As consequências da crise da dívida soberana são devastadoras. Normalmente, incluem cortes na saúde, educação e outros serviços sociais, privatizações, desemprego, reduções dos salários e das condições dos/das trabalhadores/as, cortes nas pensões, aumento dos impostos regressivos para os/as trabalhadores/as e consumidores, e o enfraquecimento da democracia quando os governos soberanos dependem das instituições financeiras (como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional) e suas condicionantes.

2.4.1 Dívida pública é um tema a ser tratado de maneira mais atenta em nossa região. Realizamos no último período um seminário sobre o tema em Porto Rico, e pretendemos organizar um segundo seminário regional, precedido por um levantamento da situação da dívida, pelo menos, em alguns países-chave da região, que nos dê a dimensão do todo. Queremos aproveitar essa e outras atividades nacionais para identificar e se aproximar de grupos da sociedade civil que lutam a favor de auditorias cidadãs da dívida pública que, por sua vez, tenham como meta a redução do pagamento de juros em favor de mais investimentos em serviços públicos de qualidade. Por que não pensar em ações de mobilização regional que questionem a legitimidade das dívidas públicas?

2.5 Corrupção

(4.5.1 do PdA) A ISP condena e se opõe à corrupção em todas suas formas, uma vez que ela mina a confiança no governo, rouba recursos de serviços públicos, prejudica o desenvolvimento econômico e contribui para a desigualdade.

2.5.1 Particularmente em nossa região, notamos como as empresas transnacionais evadem impostos, financiam campanhas eleitorais, associam-se aos meios monopolizados de comunicação e promovem a corrupção. Na prática, buscam comprar governos, parlamentos e, inclusive, judiciários com o objetivo de gerir o Estado nacional de acordo com seus interesses.

2.5.2 Defenderemos incansavelmente a luta contra a corrupção, seja ela da modalidade que for, e estaremos mais atentos à manipulação que as grandes corporações praticam em muitos de nossos países.

2.5.3 No próximo período, continuaremos empenhados na construção de um convênio na OIT que proteja as e os denunciante de esquemas e mecanismos de corrupção que permeiam a nossa realidade, assim como na promoção de uma discussão mais aprofundada sobre leis antissuborno e medidas de transparência nas finanças públicas. Também lutaremos pela estruturação, reestruturação e fortalecimento, em cada país, de órgãos destinados ao combate à corrupção e à sonegação fiscal.

2.6 Acordos de comércio e investimento

(4.6.1 do PdA) A ISP reconhece que o comércio e o investimento são fundamentais para o desenvolvimento econômico. Um conjunto estável de normas em matéria de comércio e investimento pode propiciar um crescimento econômico organizado que beneficie toda a população. A ISP considera que essas normas são interpretações políticas, não um fato econômico reconhecido. Portanto, devem ser formuladas em fóruns multilaterais, abertos, transparentes, inclusivos e democráticos, nos quais os países possam proteger a soberania nacional e o espaço político e eleger políticas econômicas sem a coação do colonialismo econômico e a pressão empresarial.

- 2.6.1 Continuaremos nossa luta contra os chamados tratados de livre comércio (TLCs) e os Tratados Bilaterais de Investimentos (TBIs) na nossa região, assim como suas revisões que procuram aprofundar os interesses do capital transnacional e suas garantias em cada um de nossos países.
- 2.6.2 Também lutaremos contra os tribunais privados de arbitragem que vêm sendo criados na região pelos acordos bilaterais e plurilaterais com o objetivo de assegurar privilégios aos investidores em caso de disputa investidor x Estado. Tais mecanismos minam decisivamente a capacidade do Estado de exercer regulação sobre, por exemplo, questões trabalhistas, ambientais e sociais.
- 2.6.3 Queremos seguir buscando incidir na Comissão das Nações Unidas para o Direito do Comércio Internacional (UNCITRAL) – órgão na ONU responsável por esse tema – defendendo alternativas mais econômicas, cooperativas e públicas. Desde as Américas, estamos mapeando os representantes dos países da região que fazem parte dessa instância, para intercambiar informações e materiais produzidos pela ISP, além de, em articulação com nossas afiliadas locais, organizar reuniões.
- 2.6.4 Sabemos que essa luta não é somente sindical. No último período, apoiamos a construção de plataformas nacionais de luta contra os TLCs, agregando sindicatos, acadêmicos e ONGs. No próximo período, queremos consolidar uma plataforma regional que nos permita, como ISP, atuar de maneira muito mais ampla em oposição a esses tratados e em defesa de serviços públicos de qualidade, visibilizando seus impactos na inequidade de gênero e no aprofundamento da desigualdade social.
- 2.6.5 Seguiremos dando especial atenção ao Acordo de Comércio de Serviços (TISA), em função de sua irreversibilidade caso eventualmente seja aprovado e de suas inúmeras cláusulas nefastas que significam a anulação do poder do Estado de regular serviços de natureza pública. Outros tratados que seguirão recebendo mais atenção na região são: os diversos acordos assinados com a União Europeia, inclusive o acordo em negociação com o Mercosul; o TPP 11; e a ampliação da Aliança do Pacífico, cristalizada pelos tratados bilaterais impulsionados pelo Chile.

2.7 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

(4.7.2 do PdA) A ISP considera que, embora algumas partes da Agenda 2030 ofereçam um discurso alternativo às políticas neoliberais, continuam existindo várias deficiências importantes. Principalmente, o fato de os mecanismos de aplicação e rendição de contas serem voluntários.

- 2.7.1 O desenvolvimento recente no continente caminha na direção contrária do estabelecido nos ODS. O acesso à saúde e à educação tem se reduzido, em vez de aumentar. Em vez de se eliminar a pobreza, ocorreu seu crescimento em muitos de nossos países.
- 2.7.2 Defenderemos os ODS como instrumento de pressão contra as políticas de retrocesso adotadas na região. Acreditamos na importância da utilização da pressão internacional como um dos elementos constitutivos das lutas nacionais desenvolvidas por nossas filiadas.
- 2.7.3 Sabemos que não haverá desenvolvimento sustentável sem trabalho decente e serviços públicos de qualidade que respondam à igualdade de gênero e à justiça social.

2.8 Mudanças climáticas

(4.8.1 do PdA) As mudanças climáticas representam a ameaça mais importante para um futuro pacífico e próspero para a humanidade. Apesar de um consenso quase absoluto entre a comunidade científica, a transição para economias livres de emissão de carbono é muito lenta e inconsistente.

- 2.8.1 Seguiremos defendendo políticas de adoção de energia limpa e de transição justa a economias livres de emissão de carbono de modo a garantir que os trabalhadores/as e comunidades tenham qualidade de vida. Sabemos que esse processo de transição é um dever do Estado, e que somente empresas públicas estarão realmente preocupadas não com o lucro, mas sim com a promoção de políticas que contribuam para frear as mudanças climáticas.
- 2.8.2 Daremos atenção especial aos casos de desastres naturais decorrentes frequentemente desse fenômeno, defendendo adequadas condições de trabalho aos trabalhadores e trabalhadoras de emergência e seu direito de sindicalização. Queremos participar das discussões locais e regionais que envolvam a preparação para qualquer tipo de desastre. E que esse debate seja absorvido pelas discussões sobre mudanças climáticas.
- 2.8.3 É importante ressaltar o caráter transversal da luta pelo meio ambiente, uma vez que, especialmente na América Latina, os setores que mais destroem o meio ambiente, como o agropecuário e o minerador, estão constantemente ligados à evasão e elisão fiscal e raramente são punidos pelos crimes ambientais e os cometidos contra ativistas sociais. Nesse sentido, é inadiável a discussão sobre uma maior transparência das indústrias extrativas em relação ao dinheiro que gastam em comissões e subornos com o objetivo de se beneficiarem de deduções fiscais.

- 2.8.4 Destacaremos a importância do papel dos serviços públicos de qualidade, e que respondam à igualdade de gênero e à justiça social, na luta contra as mudanças climáticas e em favor do desenvolvimento sustentável, contribuindo com sua organização e compartilhando informações a respeito, para sensibilizar e educar nossas filiadas sobre o tema.

2.9 Pensões

(4.9.1 do PdA) As sociedades justas e equitativas protegem os/as trabalhadores/as depois que estes/as se aposentam. A ISP apoia e defende os sistemas públicos de pensão e aposentadoria que proporcionam segurança e solidariedade.

- 2.9.1 Combateremos as diversas modalidades de privatização/individualização dos sistemas públicos de fundos de pensão, defendendo uma previdência solidária sem viés de gênero, intergeracional e pública. Em relação aos fundos de pensão privada, sobre os quais os trabalhadores e trabalhadoras exercem algum nível de controle, temos de estar atentos para que os recursos não sejam utilizados em negócios que afetem negativamente os trabalhadores, como nos casos em que se investe em empresas ligadas com privatizações de serviços públicos em outros países da região.
- 2.9.2 No passado, o papel do Banco Mundial na promoção da privatização dos sistemas de Previdência nos países em desenvolvimento foi muito mais direto. Além de um suporte retórico à ideologia e aos interesses financeiros que apoiam essa privatização, essa entidade também facilitou empréstimos e assistência técnica aos países que decidiram seguir por esse caminho.
- 2.9.3 Queremos realizar um encontro regional sobre o tema, precedido por uma análise da realidade na região que inclua a identificação do avanço empresarial sobre o setor e seus interesses na promoção de reformas previdenciárias em diversos países. Apoiaremos as lutas nacionais com subsídios técnicos e financeiros que contribuam com a defesa de uma aposentadoria digna para todos/as os/as trabalhadores/as.

2.10 Luta contra a privatização

(6.1.1 do PdA) A ISP considera que os serviços públicos de qualidade constituem a base de uma sociedade justa e uma economia forte. Os serviços públicos de qualidade tornam nossas comunidades e economias mais equitativas e resistentes à recessão e os desastres, e protegem as pessoas mais jovens, enfermas, desempregadas, deficientes, idosos e vulneráveis. Os serviços públicos de qualidade são um dos mecanismos principais do Estado para cumprir suas obrigações com o objetivo de fazer valer os direitos humanos, a igualdade de gênero e a justiça social.

- 2.10.1 Nenhuma economia será verdadeiramente forte sem um Estado impulsionador das áreas centrais para o crescimento econômico e para o desenvolvimento humano integral, e sem políticas públicas e serviços públicos de qualidade que garantam a distribuição da renda. A privatização tem sido a maneira mais rápida com que as empresas capturam grandes lucros ao assumirem funções do Estado.

(6.1.4 do PdA) A luta contra a privatização não é somente uma luta para impedir a venda de nossos serviços públicos. Também é uma luta pelo tipo de sociedade que queremos, uma luta por justiça social e equidade.

- 2.10.2 Na nossa região, a defesa das privatizações continua avançando, incluindo as nocivas Parcerias Público Privadas (PPPs), sem nenhuma consideração à experiência internacional, que mostra a falência desse modelo. Muitos países do mundo vêm superando as políticas privatistas e começando a reestatizar e remunicipalizar os serviços essenciais.
- 2.10.3 Combateremos todas as modalidades de privatização, como as Parcerias-Público-Privadas (PPPs) de serviços essenciais, as terceirizações irrestritas no serviço público e os bônus de impacto social, e denunciaremos as legislações que buscam introduzi-las ou facilitá-las. Estamos atentos a propostas como, por exemplo, o Acordo de Comércio de Serviços (TISA), que, caso aprovado, proibirá permanentemente um governo de reestatizar um serviço privatizado.
- 2.10.4 Combateremos igualmente o mito de que a privatização é a melhor solução para sanar os problemas existentes em empresas e serviços públicos. Apoiaremos nossas filiadas em suas lutas nacionais e promoveremos estudos juntamente com a sociedade civil que desmascare esse mito.
- 2.10.5 No caso de serviços já privatizados, atuaremos em defesa de seus trabalhadores e trabalhadoras, buscando promover a inclusão de suas organizações sindicais nas atividades da ISP.
- 2.10.6 Com relação às empresas transnacionais que continuam adquirindo serviços públicos no Brasil, seguiremos participando da discussão sobre os Acordos Marco Globais como uma ferramenta para internacionalizar nossas lutas.

2.10.7 O acesso de toda a população a serviços públicos de qualidade deve ser considerado um direito humano fundamental. Saúde pública, educação em todos seus níveis, fornecimento de serviços de água e energia, acesso à Justiça, à seguridade social e aos auxílios assistenciais que proporcionam condições de dignidade humana devem ser garantidos pelos Estados à população através do serviço público. A ISP defenderá em todos os foros o direito humano ao acesso aos serviços públicos, desenvolvendo uma campanha regional.

2.11 O futuro do trabalho e o trabalho que queremos

- 2.11.1 Para a ISP, a discussão sobre o futuro do trabalho não pode se limitar às questões relacionadas às novas tecnologias, digitalização e inteligência artificial. Para nós, está diretamente vinculada ao modelo de desenvolvimento que queremos em nossos países e na região. Especificamente, quão ampla será a participação democrática de todos e todas nas definições político-econômicas e qual a modalidade de emprego que queremos? Por exemplo, a introdução de novas tecnologias no local de trabalho deve ser negociada diretamente com os trabalhadores e trabalhadoras e seus representantes.

- 2.11.2 Não podemos dissociar o debate sobre o futuro do trabalho das discussões sobre o futuro do capital. Esse é um ponto central. Para as corporações e seus governos aliados, o futuro do trabalho resume-se a como reduzir o número de empregos, privatizar serviços, promover a precarização – como, por exemplo, através de plataformas – , aumentar a exploração do trabalho por meio da precarização do salário e da diferença salarial de gênero e interseccional, e obter mais lucros com a consequente concentração de renda decorrente desse processo.
- 2.11.3 Vamos acompanhar o processo de debate proposto pela OIT sobre o “futuro do trabalho” articulando com o conjunto do movimento sindical no âmbito regional, mas, ao mesmo tempo, potencializaremos a partir de nossa perspectiva setorial os aspectos específicos das mudanças no trabalho que estão sendo produzidas e que podem ser vistas no setor público. As mudanças de paradigmas na organização do trabalho, a influência das mudanças tecnológicas, e os novos serviços públicos representam desafios para os Estados e para trabalhadores e trabalhadoras, e devemos superá-los na base do diálogo social, mantendo e elevando os atuais níveis de proteção e respeito aos direitos trabalhistas.
- 2.11.4 Exigimos uma divisão justa da renda que é fruto do nosso trabalho. Devemos lutar por uma política salarial justa, incluindo um salário mínimo digno, e por medidas que garantam a formalização dos empregos. Queremos liberdade plena de organização para os trabalhadores e trabalhadoras, direito de greve, negociação coletiva sobre qualquer mudança que afete os nossos locais de trabalho, política de formação/capacitação continuada para todos/as os/as trabalhadores/as e proteção social para todos e todas que eventualmente fiquem sem colocação no mercado.
- 2.11.5 Um ponto sensível desse tema é a questão do controle sobre os dados pessoais. Com o mundo cada vez mais digitalizado, é grande o risco de as corporações que controlam esses dados, coletados legal ou ilegalmente, passarem a controlar toda a vida de cada um de nós, inclusive a laboral. Queremos, portanto, uma política global de dados invioláveis em mãos públicas e com a adequada ética em seu trato, de maneira que se proíba seu uso como simples fonte de renda e controle para as grandes corporações. Para tal, nas Américas estamos nos aproximando de grupos e plataformas da sociedade civil formados por especialistas nessas áreas.
- 2.11.6 A chamada digitalização e a criação de novos algoritmos não podem continuar sendo disruptivos nem lacônicos para acrescentar o poder corporativo em nossa região.
- 2.11.7 Passada a Conferência Internacional do Trabalho (CIT) de 2019, que terá o futuro do trabalho como tema central, devemos debatê-lo, em todos os fóruns nacionais e regionais, sempre sob a ótica da garantia aos trabalhadores e a um trabalho futuro decente. Também incentivaremos o intercâmbio de boas práticas sobre o assunto e buscaremos aprofundar o debate com o conjunto de nossas filiadas.
- 2.11.8 Precisamos fortalecer os instrumentos de governança global, especialmente as capacidades normativas da OIT e sua capacidade de fazer cumprir suas Convenções. O trabalho do futuro, por sua dinâmica de mudança, requer instituições capazes de dar respostas rápidas, efetivas, com caráter global e surgidas do diálogo tripartite.

3. Respeito e dignidade para todos e todas

3.1 Introdução

(3.1.1 do PdA) Nosso movimento é inclusivo e reconhece que a diversidade é uma força. Nossa visão e nossa capacidade para torná-la realidade se baseiam em nossos princípios e coesão.

(3.1.2 do PdA) A verdadeira inclusão exige a correção de erros históricos. Para lutar contra a discriminação, fazer valer os direitos humanos e empoderar todos e todas, devemos conhecer o passado, adotar medidas específicas para remediar a injustiça, alterar a relação de forças e expandir nossas práticas inclusivas para criar um futuro mais integrador para todos/as.

- 3.1.1 Reconhecemos o importante papel dos serviços públicos na luta contra a discriminação. Assim como queremos um sindicato inclusivo, queremos uma sociedade sem discriminação.
- 3.1.2 Portanto, é preciso lutar por políticas e práticas de não discriminação de determinados grupos sociais em mecanismos de seleção pública, além de defender a adoção, nesses processos, de metas e cotas de inclusão de mulheres, negros/as, integrantes de povos originários, pessoas LGBTI+, jovens e pessoas com necessidades especiais.
- 3.1.3 Na região interamericana, temos quatro comitês por igualdade organizados: de mulheres; de combate ao racismo e à xenofobia e em defesa dos povos originários; de trabalhadores/as LGBT; e de trabalhadoras e trabalhadores jovens. O Comitê de Mulheres é uma instância estatutária, enquanto os outros três funcionam por decisão regional.
- 3.1.4 Apesar das nossas lutas contínuas por igualdade, vê-se o crescimento da intolerância em todas suas formas: racial, orientação sexual, motivos religiosos, nacionalidade etc.
- 3.1.5 Os migrantes, particularmente, têm sido vítimas de agressões em muitos de nossos países. Como resultado dos retrocessos econômicos, as e os jovens estão encontrando cada vez mais dificuldades de arrumar qualquer tipo de emprego e muito mais ainda um emprego decente. Como sindicatos, daremos o exemplo de como ser uma organização inclusiva e defenderemos intransigentemente uma sociedade sem discriminações e com igualdade de oportunidades.

3.2 Gênero

(3.2.4 do PdA) A igualdade de remuneração é um direito humano fundamental, que está consagrado nas normas internacionais de direitos humanos, como os Convênios 100 e 111 da OIT e a Convenção das Nações Unidas sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (1979). Devemos aplicar sanções às empresas e governos que discriminam e violam esses convênios. Devemos apoiar as ações políticas e legais coletivas que permitam às vítimas da discriminação levar o caso aos tribunais.

- 3.2.1 Seguiremos tratando a questões de gênero de maneira ampla e transversal – trataremos de fazer que a transversalidade esteja contemplada neste Programa de Ação.
- 3.2.2 Considerando a igualdade de remuneração um direito humano fundamental, iniciativas vêm se dando em muitos países das Américas, como por exemplo no Peru, Chile, Panamá e Barbados, e esperamos que sigam germinando em todos os países da região.
- 3.2.3 A violência contra a mulher será combatida em todas suas formas, uma vez que suas consequências vão muito além do lar ou do trabalho, afetando todos os aspectos da vida. A ISP segue trabalhando, e devemos reforçar isso na região, pela adoção de um Convênio na OIT vinculado a uma recomendação e sua posterior ratificação e implementação nos países da região.
- 3.2.4 Lutaremos por qualquer tipo de necessidade referente à maternidade, incluindo o direito de decidir sobre a gravidez e a provisão de creches públicas, gratuitas e de qualidade, como forma de garantir os direitos das crianças e a autonomia das mulheres.
- 3.2.5 Também apoiaremos a destinação às mulheres de 50% dos cargos diretos de nossas organizações filiadas, ou ao menos uma proporção equivalente ao número de mulheres na categoria. Defenderemos ainda que as questões de gênero e sua representação sejam incorporadas de forma clara nas estruturas setoriais da ISP.

3.3 Trabalhadoras e trabalhadores jovens

(3.3.5 do PdA) A situação das/dos trabalhadoras/es jovens constitui um dos desafios mais profundos enfrentados pelo movimento sindical e pelos sindicatos do serviço público especificamente. É essencial garantir a integração das/dos trabalhadoras/es jovens em todos os níveis da direção e atividade sindical se queremos que nosso movimento sobreviva e cresça. A recente Política para Trabalhadoras/es Jovens da ISP estabelece os próximos passos.

- 3.3.1 Sabemos que os jovens, assim como as mulheres, são os mais afetados pelas crises econômicas. Atualmente, é quase impossível que encontrem empregos estáveis, decentes e seguros. A luta por trabalho digno para as e os jovens será uma de nossas prioridades.
- 3.3.2 Identificamos que a sindicalização entre jovens é insuficiente para garantir o fortalecimento dos sindicatos. Empregados de forma precária, subcontratados, esses trabalhadores enfrentam dificuldades para participar de nossas organizações. Queremos oferecer propostas de capacitação/educação sindical sem que contenha enfoque adultocêntrico, que interesse aos jovens e os integrem em todos os níveis de estrutura do sindicato, incluindo em sua direção.
- 3.3.3 Eles deverão ter espaço garantido em qualquer projeto de capacitação e na defesa feita pela ISP de empregos públicos decentes. Deverão participar ativamente de todas as campanhas gerais da ISP. O comitê regional de jovens deverá se reunir anualmente para planejar suas atividades, sobre as quais deverá realizar balanços posteriores para que haja um progresso sistemático. Deverá, ainda, coordenar, em

cada país ou sub-região, a construção de um coletivo de jovens que coloque em exercício sua capacidade política de recriar o sindicalismo e influenciar em todas as instâncias políticas da ISP, tanto em presença física quanto em capacidade de análise e propostas.

3.4 Combate ao racismo e à xenofobia e em defesa dos povos originários

(3.5.1 do PdA) Nos momentos de crises econômicas cíclicas frequentemente se produz um aumento do racismo, da xenofobia e todos os tipos de discriminação, tanto dentro como fora do local de trabalho. Ainda que os serviços públicos, as práticas do emprego público e os sindicatos do serviço público muitas vezes liderem a luta contra o racismo e a xenofobia na comunidade, reconhecemos que existem estruturas e práticas dentro destes que podem perpetuar a discriminação.

- 3.4.1 Ainda são frequentes os ataques aos direitos dos afrodescendentes e dos povos originários em muitos países de nossa região. Como resultado da crise econômica, também vemos crescer casos de xenofobia.
- 3.4.2 Com o objetivo de fortalecer nosso comitê regional, no próximo período promoveremos reuniões periódicas para planejamento e capacitação. Reforçaremos a luta pela convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – sobre a discriminação no trabalho –, e seguiremos trabalhando para atingir os objetivos propostos para a Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024), aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 2014.
- 3.4.3 Na Organização dos Estados Americanos (OEA), a ISP teve uma atuação importante na elaboração e aprovação, em junho de 2013, da Convenção interamericana contra o racismo, a discriminação racial e formas conexas de intolerância (A-68) e da Convenção interamericana contra toda forma de discriminação e intolerância (A-69). Continuaremos a trabalhar para a efetiva implementação dessas duas resoluções na região.
- 3.4.4 Em nossas lutas contra os tratados de livre comércio, daremos mais destaque à violação da convenção 169 da OIT, que garante aos povos originários o direito à consulta prévia e bem informada sobre políticas governamentais que os afetem. Pretendemos, ainda, realizar a primeira reunião sindical regional de povos originários.
- 3.4.5 Também procuraremos trabalhar pela integração das filiadas de Estados Unidos e Canadá no comitê regional.

3.5 Trabalhadoras e trabalhadores LGBTI +

(3.6.1 do PdA) A ISP se opõe a todas as formas de marginalização e estigmatização relacionadas à orientação sexual, identidade de gênero e características sexuais. A homofobia, a bifobia, a transfobia e a estigmatização das pessoas intersexo, em todas as suas formas, criam desvantagens e preconceitos e constituem uma violação dos direitos humanos.

- 3.5.1 Nosso comitê ainda espera por sua composição final e por vezes enfrenta dificuldades no desenvolvimento de ações nos âmbitos da sociedade e sindical contra a discriminação relacionada à orientação sexual, identidade de gênero e características sexuais.
- 3.5.2 Seguiremos promovendo políticas que respeitem a diversidade, que garantam espaços a trabalhadoras e trabalhadores LGBT nos locais de trabalho dos serviços públicos e nos sindicatos, e que contribuam para a construção de sociedades mais inclusivas e respeitadas.
- 3.5.3 Um aspecto sensível em nossa região é a violência contra a população LGBT, que entre muitos outros impactos causa milhares de assassinatos anuais. Seguiremos exigindo a investigação e solução de cada caso, repudiando qualquer tentativa de seguir com a impunidade atual em relação a muitos desses crimes.
- 3.5.4 Também daremos seguimento à realização de convênios e acordos com a Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexos para a América Latina e o Caribe (ILGALAC).

3.6 Migrantes e refugiados

(3.4.1 do PdA) A maioria das pessoas migram para encontrar trabalho decente e melhorar suas condições de vida. Dos 244 milhões de migrantes internacionais em 2015, mais de 150 milhões foram trabalhadoras/es migrantes. Embora a migração de mão de obra possa contribuir positivamente para o desenvolvimento econômico e social dos países, também é uma consequência das assimetrias de desenvolvimento entre os países ricos e pobres, com trabalhadoras/es que lutam para encontrar um trabalho em outro lugar.

- 3.6.1 Combateremos todas as formas de perseguição e violência contra os milhões de imigrantes e refugiados de nossa região. Em vez de muros, queremos construir pontes que possibilitem uma verdadeira integração daquelas pessoas que na maior parte dos casos migram ou buscam refúgio em função de políticas econômicas desastrosas, adotadas por força de pressão internacional por governos aliados às corporações.
- 3.6.2 Buscaremos melhorar o trabalho de pressão para a aplicação de normas e legislações favoráveis aos direitos dos migrantes e refugiados promovidas por organismos como a ONU e a OEA ou derivadas de acordos regionais.
- 3.6.3 Defenderemos que os serviços públicos estejam abertos ao atendimento, pelo menos, das necessidades básicas desse grupo de pessoas, independentemente de estarem documentadas ou não.
- 3.6.4 Queremos integrar os migrantes e refugiados aos nossos sindicatos assim que ingressem no mercado de trabalho, e até antes, quando possível, por meio dos chamados passaportes sindicais, ou seja, através dos quais seus sindicatos no país de origem orientam sua vinculação aos sindicatos no país de destino.

3.7 Pessoas com deficiência

- 3.7.1 Identificamos experiências de filiadas na região que poderão servir de base para um trabalho mais bem articulado da ISP. Iniciaremos divulgando normas, convênios e legislações que promovam os direitos **das pessoas com deficiência**. Nos próximos anos, pretendemos organizar um seminário regional para intercâmbio de boas práticas e que resulte na formação e organização de mais este grupo de trabalho dentro da ISP.
- 3.7.2 Concomitantemente, iremos atuar com vigilância em relação ao cumprimento das cotas nos concursos públicos destinadas às pessoas com deficiência, nos países em que aquelas existem, e lutar por sua implementação onde ainda não há legislação que as garantam.
- 3.7.3 Trabalharemos também para estimular os sindicatos a adaptar seus espaços físicos de forma a garantir a acessibilidade às pessoas com dificuldades de locomoção.

4. Como nos organizamos para responder aos desafios atuais

(2.2.1 do PdA) A organização dos trabalhadores e trabalhadoras para criar um movimento sindical forte começa no local de trabalho. Os sindicatos devem criar relações fortes com seus membros e possíveis membros, identificando os assuntos que são importantes e demonstrando que a atividade sindical pode fazer a diferença. Os sindicatos devem identificar e formar os dirigentes e ativistas no local de trabalho, fortalecer as seções locais e recrutar novos membros.

(5.1.1 do PdA) A proteção dos direitos sindicais e dos direitos dos/as trabalhadores/as é uma atividade fundamental da ISP. Os direitos de liberdade sindical e de negociação coletiva e o direito de greve são fundamentais para melhorar proteger os salários e as condições de trabalho.

4.1 Direitos sindicais

- 4.1.1 Esse é o modelo de sindicato que defendemos. E sabemos que somente será possível uma verdadeira luta sindical quando garantirmos os direitos e a plena liberdade de organização dos trabalhadores e trabalhadoras. É inaceitável que em nossa região a grande maioria dos países ainda não tenha regulamentado sequer a negociação coletiva nos serviços públicos em todos os níveis de governo. Continuar lutando por todos os direitos sindicais correspondentes aos serviços públicos será nossa prioridade.
- 4.1.2 Combateremos qualquer ataque contra a organização dos trabalhadores, incluindo as mudanças referentes a dificultar o financiamento de nossas organizações. Fortaleceremos a defesa dos convênios da Organização Internacional do Trabalho (OIT) na região, em particular o 151 e o 154. Mas também atuaremos sobre os convênios 100, 111, 156, 169 e 183, que tratam da igualdade de gênero e da luta contra a discriminação no trabalho. Continuaremos lutando pela adoção, e posterior ratificação, do Convênio sobre violência de gênero no local de trabalho.

4.1.3. Continuaremos com nossa política de ampliação dos canais de queixas por violação dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos em matéria de direitos sindicais, levando nossas denúncias junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, aos foros de diálogo social da Organização dos Estados Americanos (OEA), aos organismos sociotrabalhistas de integração regional e sub-regional, e a todos os organismos onde possamos expressar nossa luta de defesa dos trabalhadores e trabalhadoras.

4.2 Capacitação/educação

4.2.1 Além de apoiar as lutas nacionais e locais, como ISP nosso principal papel será estabelecer os vínculos entre essas lutas e a política global sobre a qual trabalhamos. É praticamente impossível que uma determinada política local ou nacional não seja derivada de uma política global, embora em muitos casos ela seja promovida também a partir de boas práticas locais e nacionais inovadoras. Indistintamente, usaremos os projetos de capacitação/educação para a formação de líderes para que compreendam essa política global e, conseqüentemente, possam ajudar o sindicato a compreender melhor seus problemas nacionais.

4.3 Comunicação

4.3.1 Construir uma estratégia de comunicação é fundamental para potencializar nossos canais em termos de conteúdo, forma e alcance, de modo que, com agilidade, possamos respaldar as lutas e manter informados toda nossa militância. As comunicações são estratégicas para a promoção e informação sobre ações urgentes. Também são necessárias para a divulgação de subsídios às filiadas sobre os temas mais importantes da ISP. E a utilização adequada das redes sociais é fundamental, algo que aperfeiçoaremos no próximo período.

4.4 SUBRACs e CNCs

4.4.1 Queremos uma estrutura para a ISP que seja sólida e dinâmica. Nas reuniões anuais dos SUBRACs, devemos integrar todas as filiadas da respectiva sub-região. Em caso de impossibilidade de alcançar esse objetivo, trabalharemos para que todas participem ao menos das reuniões prévias dos Comitês Nacionais Coordenadores. Isso garante organicidade e democracia sindical, promovendo os debates centrais da nossa organização desde a base até as estruturas superiores da ISP.

4.5 Fundo de apoio

4.5.1 Queremos ampliar as ações de apoio aos sindicatos menos favorecidos economicamente para que possam participar das reuniões e atividades da ISP. Seguindo o exemplo das experiências que já existem na África e na Ásia, queremos criar nas Américas um fundo que possibilite esta participação e garanta recursos em casos de desastres naturais nos países da região. Propomos que cada filiada contribua a esse fundo com um valor correspondente a um pequeno percentual de sua contribuição regular à ISP.

4.6 Trabalho setorial

- 4.6.1 O trabalho setorial é responsável por integrar mais diretamente os trabalhadores e trabalhadoras de diferentes países, permitindo uma maior identidade de cada setor específico com a ISP. Continuaremos organizando nossos setores de trabalhadores.
- 4.6.2 No último período, notamos avanços importantes nessa direção. Um dos resultados obtidos foi o crescimento do número de filiadas da ISP por conta desse trabalho. Outro resultado importante foi o crescimento da representação da ISP em atividades, reuniões e conferências regionais, como na OIT, decorrente da participação de nossas filiadas através de suas estruturas. Um terceiro resultado foi a vinculação desses setores à política global da ISP.
- 4.6.3 Diferentemente da ISP mundial, temos no momento na região dez setores ou subsetores com diferentes níveis de organização. A maior parte dos setores criou confederações que funcionam de forma articulada com a ISP, embora com independência, tendo direções e estatutos próprios.
- 4.6.4 Essas confederações nos trazem desafios ainda não resolvidos. Um deles é como integrar sindicatos gerais, que representam simultaneamente múltiplos setores. Também devemos levar em conta as diferenças existentes entre nossas sete sub-regiões – América Central, México e República Dominicana; Brasil; Canadá; Caribe; Cone Sul; Estados Unidos; e Países Andinos – no que diz respeito a modelo sindical, idioma e cultura. Um terceiro desafio é como fazer que os estatutos dessas organizações estejam harmonizados com o estatuto da ISP, incluindo a integração de todos seus membros como filiados formais. Outro desafio é como assegurar que as prioridades desenvolvidas em cada setor sejam compatíveis às prioridades gerais da ISP, como, por exemplo, a luta contra os TLCs, a defesa dos direitos sindicais e da Justiça Fiscal, entre tantos outros.

4.6.5

Proposta 1:

Nesse sentido, seguiremos organizando setores, porém debatendo a sua real integração à política geral da ISP e à dimensão regional que representamos. Aperfeiçoaremos mecanismos de sua participação na estrutura da ISP. O debate sobre como fazer isso deverá ser um ponto prioritário para o Comitê Regional Interamericano (IAMREC) desenvolver no próximo período.

Proposta 2:

Nesse sentido, colocaremos em marcha o Comitê Consultivo Intersetorial da região, com o objetivo de desenvolver estratégias de harmonização, priorização conjunta, complementação e informação, com a participação dos e das responsáveis pelos distintos setores.